



PROFISSIONAIS DO SETOR DENUNCIAM

Tribunais fiscais “navegam abaixo da linha de água”

Os tribunais são o último reduto do contribuinte. No entanto, “no contexto da difícil situação que vive o país, a Justiça anda pelas ruas da amargura e a justiça fiscal já se encontra mesmo na via do desespero”, é a radiografia muito negra de Benjamim Barbosa, presidente do Tribunal Administrativo e Fiscal. As declarações tiveram lugar na conferência “Procedimento e processo administrativo e tributário”, que ocorreu em Lisboa.

O juiz desembargador revelou um forte pessimismo, considerando que os tribunais fiscais de Lisboa já navegam abaixo da linha de água, com o número de juizes a ser metade do quadro legal. “Perante isto, só quem acredita em milagres pode pensar que justiça fiscal e administrativa dos tribunais de Lisboa faz o seu trabalho como deve ser.” Neste cenário, são as garantias e os direitos dos contribuintes que ficam em causa.

Domingues de Azevedo, bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (OTOC) lembrou que os tribunais são a última instância para os cidadãos fazerem valer os seus direitos. “A área tributária vive um momento complicado, nomeadamente com a questão das garantias dos contribuintes a estar em cima da mesa. A colaboração entre a Ordem e os tribunais administrativos e fiscais é para manter. Até porque as faturas e as normas têm cada vez mais a ver com os tribunais”, esclareceu o bastonário.

Quanto ao novo Código de Procedimento Administrativo (CPA), o advogado José Miguel Sardinha é de opinião que o diploma tem soluções inovatórias, mas não se rompe por completo com o que havia. Na sua perspetiva, os motivos



que levaram à sua revisão tiveram a ver com a desconfiança existente, relativamente ao Estado de direito e à democracia, que não são dados adquiridos. “O CPA pode ser instrumento para criar confiança na comunidade de cidadãos e no funcionamento do Estado de direito e da administração pública. A administração pública, como está ao serviço dos cidadãos, deve ser uma voz da cidadania. É este o papel do direito administrativo em robustecer o Estado.”

Novo CPA ainda necessita de ser aperfeiçoado

O docente Jesuíno Martins, conhecedor dos meandros do fisco, avisa que o ordenamento jurídico no novo código necessita de ser aperfeiçoado para “uma melhor articulação com o ordenamento tributário”. Ainda assim, acredita que o diploma vai atenuar a agressividade com

os cidadãos, inaugurando uma nova fase de cooperação. É adianta a este propósito: “Que este CPA sirva de inspiração à administração tributária.” Não deixou ainda de alertar que “caso o poder político não reforce os tribunais fiscais com mais juizes, vamos ter um caos com o novo código e o consequente aumento dos pedidos de execução”.

O juiz Aníbal Ferraz defendeu que se deveria acabar com o Código de Procedimento e Processo Tributário, devendo ser inserido pelo CPA, por este último ser mais abrangente. O que permitiria criar um código de execuções fiscais mais abrangente. Além disso, deixou o alerta: “É imperioso alargar e preencher o quadro de juizes na jurisdição administrativa e fiscal.” Uma realidade para a qual o Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais já chamou a atenção, referindo-se aos processos mais antigos.